



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

## TERMO DE FOMENTO Nº 07/2022

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MANDURI E A CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MANDURI "JOSÉ LUIZ MULLER DE GODOY PEREIRA", OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO CUSTEIO DO SERVIÇO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, QUE ESPECIFICA.

A Prefeitura Municipal de Manduri, com sede na rua Bahia, nº 233, centro, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.223.749.0001-07, representada neste ato, por seu titular, **JOSÉ ONIVALDO JUSTI**, portador da cédula de identidade RG n.º 13.786.446-2 e inscrito no CPF/MF sob n.º 034.186.058-18, doravante MUNICÍPIO, e **CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MANDURI "JOSÉ LUIZ MULLER DE GODOY PEREIRA"**, com sede à rua Bahia nº 103 - centro - Manduri/SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 57.263.923/0001-53, representada neste ato, por seu presidente, **PLÁCIDO SÉRGIO GARCIA**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, inscrito no CPF sob n.º 043.955.058-05, portador do RG nº 15.251.376, residente e domiciliado a Rua Rio de Janeiro, nº 1266, Parque das Abelhas - Manduri/SP, doravante Presidente da Entidade, com fundamento no que dispõem a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e a **Lei Municipal nº 2.413 de 18 de novembro de 2022**, resolvem firmar o presente Termo de Fomento, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros para CUSTEIO, consoante o plano de trabalho, parte integrante indissociável deste ajuste (Anexo I).

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O plano de trabalho poderá ser revisto para suplementação de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela Entidade e acolhida em parecer técnico favorável do órgão competente ratificado pelo Prefeito, vedada alteração do objeto.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumidos por meio deste termo e respectivo plano de trabalho, os previstos na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e legislação e regulamentação aplicáveis à espécie:

#### I - DO MUNICÍPIO:

- (a) elaborar e conduzir a execução da política pública;
- (b) emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela Entidade;
- (c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- (d) prestar apoio necessário e indispensável à Entidade para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

"Capital do Verde"

- (e) repassar à Entidade os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- (f) manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- (g) publicar, em veículo de comunicação oficial, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, o nome do gestor da parceria e do signatário representante da Entidade;
- (h) instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação, por ato da autoridade competente, a ser publicado em veículo oficial de comunicação;
- (i) emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação da parceria;
- (j) analisar os relatórios gerenciais financeiros e de resultados;
- (k) analisar as prestações de contas encaminhadas pela Entidade de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.
- (l) disponibilizar na íntegra, em seu site eletrônico, o teor deste termo e de seus aditivos, bem como de todos os relatórios gerenciais de resultados e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de suas assinaturas;
- (m) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- (n) na hipótese de inexecução exclusiva por culpa da Entidade, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, retomar os bens públicos em poder da Entidade, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens e/ou, assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Entidade até o momento em que o MUNICÍPIO assumiu essa responsabilidade;
- (o) divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

## **II - DA ENTIDADE:**

(a) apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, elaborados eletronicamente por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico do MUNICÍPIO e contendo:

1. comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;
2. demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência; e
3. comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

(b) prestar contas da totalidade das operações patrimoniais e resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

(c) executar o plano de trabalho - isoladamente ou por meio de atuação em rede, na formado artigo 35-A, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 - bem como aplicar os recursos públicos com observância aos princípios da legalidade, da





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

"Capital de Verde"

legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

(d) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

(e) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do MUNICÍPIO;

(f) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da Entidade em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

(g) divulgar, no seu sítio eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pelo MUNICÍPIO, todas as parcerias celebradas com esse último, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;

(h) indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da Comissão de Monitoramento e Avaliação, no prazo de 30(trinta) dias contados da data de assinatura deste instrumento;

(i) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária, aberta junto ao Banco do Brasil, observado o disposto no artigo 51 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

(j) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios

(k) assegurar que toda divulgação das ações objeto da parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO, bem como conforme as orientações e diretrizes acerca da identidade visual da Prefeitura Municipal de MANDURI;

(l) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado;

(m) permitir e facilitar o acesso de agentes do MUNICÍPIO, membros dos conselhos gestores da política pública, da Comissão de Monitoramento e Avaliação e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto;

(n) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o MUNICÍPIO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

(o) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO GESTOR DA PARCERIA**

O gestor fará a interlocução técnica com a Entidade, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o MUNICÍPIO informado sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

(a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

"Capital do Verde"

- (b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- (c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação;
- (d) disponibilizar ou assegurar a disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
- (e) comunicar ao administrador público a inexecução por culpa exclusiva da Entidade;
- (f) acompanhar as atividades desenvolvidas pela Entidade e monitorar a execução do objeto da parceria nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;
- (g) realizar atividades de monitoramento, devendo estabelecer práticas de acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os dirigentes da Entidade, para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho;
- (h) realizar a conferência e a checagem do cumprimento das metas e suas respectivas fontes comprobatórias, bem como acompanhar e avaliar a adequada implementação da política pública, verificando a coerência e veracidade das informações apresentadas nos relatórios gerenciais;

**§ 1.º** - Fica designado como gestor CLARISNEIDE ROSELI BERALDO DE SOUZA, brasileira, casada, residente e domiciliada à rua Joaquim de Almeida nº 465 – Parque das Abelhas, portadora da cédula de Identidade RG. nº 8.384.672-SSP/SP.; inscrita no CPF. nº 015.813.658-61, Chefe do Setor de Assistência Social.

**§ 2.º** - O gestor da parceria poderá ser alterado a qualquer tempo pelo MUNICÍPIO, por meio de simples apostilamento.

**§ 3.º** - Em caso de ausência temporária do gestor, o Prefeito Municipal ou quem ele indicar assumirá a gestão até o retorno daquele.

**§ 4.º** - Em caso de vacância da função de gestor, o Prefeito Municipal ou quem ele indicar assumirá interinamente a gestão da parceria, por meio de simples apostilamento, até a indicação de novo gestor.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos por responsável designado pelo Prefeito Municipal em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A periodicidade e a quantidade dos relatórios técnicos previstos no *caput* desta cláusula serão estipuladas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

- (a) homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela Entidade, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

'Capital de Verde'

- (b) avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;
- (c) analisar a vinculação dos gastos da Entidade ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;
- (d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na Entidade e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;
- (e) solicitar aos demais órgãos do MUNICÍPIO ou à Entidade esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;
- (f) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota da parceria, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões;

## **CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O valor total da presente parceria é de R\$28.498,08 (vinte e oito mil quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos), conforme programa de trabalho, sendo 01 (uma) única parcela.

**02.00.00 - Poder Executivo**

**02.08.00 - Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social**

**02.08.02 - Fundo Municipal de Assistência Social**

**08.243.0004.2.2034 - Manutenção do CMDCA**

**3.3.50.43 - Subvenções Sociais**

§ 1.º - Os recursos financeiros, de que trata o *caput* desta cláusula, serão transferidos à Entidade na forma do cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, sendo que as parcelas subsequentes à primeira apenas serão liberadas após aprovação da prestação de contas das parcelas precedentes.

§ 2.º - Os recursos financeiros referentes aos cofinanciamentos estaduais e federais, somente serão transferidos quando houver o efetivo repasse ao Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 3.º - Havendo saldo remanescente do repasse de recursos anteriores, o valor do repasse subsequente corresponderá ao valor previsto no cronograma de desembolso subtraído do referido saldo remanescente, garantindo-se que, ao final de cada período de avaliação, seja disponibilizado o montante de recursos necessários à execução do objeto da parceria.

§ 4.º - Não serão computados como saldo remanescente os valores referentes a compromissos já assumidos pela Entidade para alcançar os objetivos da parceria, bem como os recursos referentes às provisões para liquidação de encargos.

§ 5.º - É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos destinados à parceria, para finalidades diversas ao objeto pactuado, mesmo que em caráter de urgência.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Entidade elaborará e apresentará ao MUNICÍPIO prestação de contas na forma discriminada nesta cláusula, observando-se o Capítulo IV, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, o artigo 8º, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

"Capital do Verde"

§ 1.º - Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o número do **TERMO DE FOMENTO 07/2022** e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria Entidade.

§ 2.º - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica a ser disponibilizada no portal de parcerias, permitindo a visualização por qualquer interessado.

§ 3.º - Até que se institua o portal de que trata o parágrafo anterior, referida prestação e atos subsequentes serão realizados na forma indicada pelo MUNICÍPIO.

§ 4.º - Sem prejuízo da plena observância dos normativos apontados no *caput* desta cláusula, bem como das instruções oriundas da Prefeitura Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Entidade prestará contas nos seguintes prazos, devendo sempre conter a documentação comprobatória (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme previsão no plano de trabalho, devidamente acompanhado dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas e relação nominal dos atendidos:

I. Prestação de contas mensal: até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do repasse;

II. Prestação de contas anual: até 31 (trinta e um) de dezembro do exercício subsequente;

III. Prestação de contas final: até 90 (noventa) dias, contados do término de vigência da parceria;

§ 5.º - Apresentada a prestação de contas parcial e anual, emitir-se-á parecer:

(a) técnico, acerca da execução física e atingimento dos objetivos da parceria.

(b) financeiro, acerca da correta e regular aplicação dos recursos da parceria.

§ 6.º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria.

§ 7.º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas em desacordo com o plano de trabalho, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

§ 8.º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas.

§ 9.º - A responsabilidade da Entidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à execução do objeto da parceria é exclusiva, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

'Capital do Verde'

## **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência desta parceria é de 5 (cinco) meses, a partir da data do repasse.

§ 1.º - No mínimo trinta dias antes de seu término, havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução prorrogado para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo e prévia autorização do Prefeito Municipal, respeitada a legislação vigente, após proposta previamente justificada pela Entidade e autorizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, baseada em parecer técnico favorável do órgão competente.

§ 2.º - O Município prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

## **CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

A presente parceria poderá, a qualquer tempo, ser denunciada por qualquer dos partícipes mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias e será rescindido por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne jurídica, material ou formalmente inexecutável.

§ 1.º - Ocorrendo a rescisão ou a denúncia do presente ajuste, MUNICÍPIO e Entidade responderão pelas obrigações assumidas até a data de assinatura do respectivo termo de encerramento, devendo a Entidade apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

§ 2.º - Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o MUNICÍPIO deverá instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria.

§ 3.º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente ajuste, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do MUNICÍPIO, fica a Entidade obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos de correção monetária e de juros de mora, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário à Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 4.º - A inobservância do disposto no parágrafo anterior ensejará a imediata instauração da tomada de contas especial do responsável.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES**

Este termo poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

'Capital do Verde'

poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Entidade as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1.º - Aplicadas as sanções previstas no caput desta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no portal de parcerias com organizações da sociedade civil.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Acordam as partes, ainda, em estabelecer as condições seguintes.

§ 1.º - Os trabalhadores contratados pela Entidade não guardam qualquer vínculo empregatício com o MUNICÍPIO, inexistindo, também, qualquer responsabilidade desse último em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela Entidade.

§ 2.º - O MUNICÍPIO não responde, subsidiária ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pela Entidade, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais.

§ 3.º - A Entidade deverá entregar ao MUNICÍPIO, mensalmente, sob a forma de meio magnético ou por transmissão eletrônica, a relação nominal atualizada dos beneficiários das ações relativas à parceria, contendo seus endereços completos, de acordo com o modelo e instruções fornecidos pelo MUNICÍPIO, a fim de integrar o respectivo cadastro próprio de instituições, na forma do regulamento.

§ 4.º - Todas as comunicações relativas a esta parceria serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por meio eletrônico.

§ 5.º - As exigências que não puderem ser cumpridas por meio eletrônico deverão ser supridas através da regular instrução processual, em meio físico.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de PIRAJU do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Manduri, 18 de novembro de 2022.

  
**JOSÉ ONIVALDO JUSTI**

Prefeito do Município de Manduri

  
**PLÁCIDO SERGIO GARCIA**

Presidente da Entidade

Testemunhas:

  
CLARISNEIDE ROSELI B. DE SOUZA

RG: 8.384.672

CPF: 015.813.658-61

  
ALINE APARECIDA DE PAIVA PASSOS

RG: 48.789.261-6

CPF: 417.322.168-19





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

'Capital do Verde'

## A U T O R I Z A Ç Ã O

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDURI**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a documentação contendo o Plano de Trabalho, proposta apresentada pelo Centro de Convivência de Manduri "José Luiz Muller Godoy Pereira", cujo objetivo é ampliação dos serviços prestados pela entidade que atualmente atende 80 crianças/adolescentes em estado de vulnerabilidade social.

Considerando o Parecer do Conselho Municipal de Assistências Social da Entidade, para aprovação da Câmara e posterior elaboração do Termo de Fomento que o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, deliberou aprovando o plano de trabalho da entidade beneficiária, autorizando a transferência do valor de R\$28.498,08 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos) sendo pago em 1(uma) única parcela igual, com base no §2º, do artigo 8º, do Decreto nº 8.276/16.

Considerando que o Departamento Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social exarou parecer favorável à celebração do termo de fomento;

Considerando a informação prestada pelo Departamento Municipal de Orçamento e Finanças sobre a compatibilidade e adequação das despesas com os dispositivos da Lei complementar federal n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando, ainda, que o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e o §5º, do artigo 8º, do Decreto nº 8.276/2016, preveem a inexigibilidade do chamamento público nos casos em que os objetos tenham natureza singular, inviabilizando a competição entre as organizações da sociedade civil;

### D E C I D E:

**AUTORIZAR** a celebração do Termo de Fomento entre o **MUNICÍPIO DE MANDURI e o CECOMAN - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE Manduri "JOSÉ LUIZ MULLER DE GODOY PEREIRA"**, objetivando a transferência de recursos financeiros, correspondente aos valores de R\$28.498,08(vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos), sendo transferido em 1(uma) única parcela igual no valor de R\$ R\$28.498,08 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos) sendo a transferência do **MUNICÍPIO - FEDERAL F5**, destinados a colaborar com as ações desenvolvidas por esta Entidade na área da Assistência Social, conforme Plano de Trabalho apresentado pela Entidade, aprovado pelos órgãos municipais competentes.

**DETERMINAR** a elaboração do Termo de FOMENTO na forma definitiva, visando oficializar o ajuste, cumprindo-se as determinações legais, conforme **LEI Nº 2.413 de 18 de novembro de 2022**.

Prefeitura do Município de Manduri, 18 de novembro de 2022.

  
**JOSÉ ONIVALDO JUSTI**  
**PREFEITO**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

## DECLARAÇÃO

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDURI**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**DECLARA**, para os fins e efeitos que se fizerem necessários que o Termo de FOMENTO a ser firmado com o **CECOMAN - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE Manduri "JOSÉ LUIZ MULLER DE GODOY PEREIRA"** de Manduri, objetivando a transferência de recursos financeiros, no exercício de 2022, destinados a colaborar com as ações desenvolvidas por esta Entidade na área da Assistência Social, no valor de R\$ R\$ 28.498,08 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos), é compatível e adequada aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal n. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prefeitura do Município de Manduri, 18 de novembro de 2022.



**JOSÉ ONIVALDO JUSTI  
PREFEITO**

"Capital do Verde"





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MANDURI

### EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2022


**ESPÉCIE:** Termo de Fomento celebrado entre a Prefeitura do Município de Manduri, estabelecida à rua Bahia, 233 – centro – Manduri, inscrita no CNPJ/MF sob n. 46.223.749/0001-07 e o **CECOMAN - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE Manduri "JOSÉ LUIZ MULLER DE GODOY PEREIRA"** de Manduri, estabelecida na rua Bahia nº103 em Manduri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n. 57.263.923/0001-53.

**OBJETO:** O presente Termo de Fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros para custeio, consoante o plano de trabalho, parte integrante indissociável deste ajuste (anexo I).

**VALOR TOTAL:** R\$28.498,08 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos)

**VIGÊNCIA:** 5 (cinco) meses a partir da data do repasse.

Prefeitura Municipal de Manduri, 18 de novembro de 2022.



**JOSÉ ONIVALDO JUSTI**  
**PREFEITO**

"Capital do Verde"





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

## **ANEXO RP-09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO**

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO (A): **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI**  
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: **CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MANDURI "JOSÉ LUIZ MULLER DE GODOY PEREIRA"**  
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO N° (DE ORIGEM): **07/2022**  
OBJETO: **O presente termo de fomento tem por objeto a transferência de recursos financeiros para ajudar no custeio da entidade**  
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): **R\$ 28.498,08 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos)**  
EXERCÍCIO (1): **2022**  
ADVOGADO (S) N° OAB / E-MAIL (2): **Pedro Montanholi - OAB/SP n° 76255, e-mail: [juridicol@manduri.sp.gov.br](mailto:juridicol@manduri.sp.gov.br)**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução n° 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2° das Instruções n° 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Manduri, 18 de novembro de 2022.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI - SP

www.manduri.sp.gov.br

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: JOSÉ ONIVALDO JUSTI

Cargo: PREFEITO

CPF: 034.186.058-18

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:**

Nome: PLÁCIDO SERGIO GARCIA

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 042.186.068-54

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:**

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: JOSÉ ONIVALDO JUSTI

Cargo: PREFEITO

CPF: 034.186.058-18

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:**

**PELA ENTIDADE PARCEIRA:**

Nome: PLÁCIDO SERGIO GARCIA

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 042.186.068-54

Assinatura: \_\_\_\_\_

- (1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.
- (2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

"Capital do Verde"



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI**

**LEI Nº 2.413/2022**

Autoriza o Poder Executivo a firmar TERMO DE FOMENTO com o Centro de Convivência de Manduri (José Luiz Muller Godoy Pereira) - CECOMAN, visando o atendimento de crianças e adolescentes do Município de Manduri, e a inclusão e alteração de metas e diretrizes ao PPA 2022/2025, LDO para 2022, abertura de crédito suplementar ao orçamento de 2022 e das outras providências.

**JOSÉ ONIVALDO JUSTI**, Prefeito Municipal de Manduri, no uso de suas atribuições legais,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Manduri, Estado de São Paulo, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o poder executivo autorizado a firmar **TERMO DE FOMENTO** com o Centro de Convivência de Manduri "José Luiz Muller de Godoy Pereira" - **CECOMAN CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MANDURI**, Associação Civil de Assistência Social sem fins lucrativos, com sede em Manduri/SP, na Rua Bahia nº 103 - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 57.263.923/0001-53, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes do município com recursos do CMDCA.

**Art. 2º** O **TERMO DE FOMENTO** a que se refere o artigo 1º estabelecerá como obrigações e competência das partes: em consonância com os dispositivos da lei 13.019/14.

**I - Da Prefeitura:**

a) Repassar ao Centro de Convivência de Manduri "José Luiz Muller de Godoy Pereira" - **CECOMAN**, recursos financeiros destinados a manutenção da entidade em razão do atendimento de crianças e adolescentes do Município de Manduri, no valor de R\$28.498,08 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos), que serão pagos em parcela única com recursos financeiros provenientes de valores arrecadados por meio de DIRPF 2022, objetivando o custeio do Projeto "Prventos de despesas diversas" conforme previsão orçamentaria.

b) O repasse de recursos financeiros a Entidade será realizado durante o exercício de 2022, da data da presente lei até o dia 31/12/2022.

c) Receber e examinar as Prestações de Contas apresentadas e emitir parecer sobre análise prestação de contas;

d) Assinalar prazo para que a Entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento das obrigações sempre que se verificar alguma irregularidade, podendo a concedente suspender, por iniciativa própria, novas concessões aos inadimplentes.

**II - Da Entidade:**

a) Executar todas as ações, tarefas e atividades inerentes ao objetivo do projeto de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pela entidade;

b) Gerir os recursos financeiros repassados pelo Município através de conta bancária específica para movimentação exclusiva deste;

c) Encaminhar mensalmente à Prefeitura Municipal de Manduri a Prestação de Contas, acompanhada de documentação para comprovação das Receitas e Despesas referentes aos recursos recebidos, em conformidade com a Instrução 001/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

d) Manter a contabilidade, os procedimentos contábeis, bem como, a relação nominal dos atendidos, atualizado e em ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso as informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;

e) A Câmara Municipal e o Executivo Municipal deverão ser comunicados das reuniões ordinárias e extraordinárias da entidade, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**Art. 3º** Os recursos a serem repassados serão oriundos da seguinte dotação orçamentaria em vigor:

**02.00.00 - Poder Executivo**  
**02.08.00 - Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social**  
**02.08.02 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente**  
**08.243.0004.2.2034 - Manutenção do CMDCA**  
**3.3.50.43 - Subvenções Sociais**

**Art. 4º** A Entidade prestará contas ao Município da seguinte forma:

**I -** Prestação de Contas Mensal acompanhada de cópia dos documentos comprobatórios das Receitas e Despesas dos recursos recebidos;

**II -** Elaborar o demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fonte de recursos e por categoria ou finalidade de gastos, aplicados ao objeto do ato concessório, conforme Instrução 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

**III -** Relação dos documentos das despesas pagas, computadas na prestação de contas conforme modelo constante das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

**IV -** Indicar no corpo dos documentos originais das despesas, o número da norma autorizadora do repasse e o órgão público concessor a que se refere, extraindo-se, em segunda, as cópias autenticadas que serão juntadas na prestação de contas;

**V -** Comprovante da devolução dos recursos financeiros não aplicados;

**VI -** Comprovação e Prestação de Contas Anual da aplicação dos recursos recebidos nos moldes das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do ano subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior;

**VII -** Cópia do balanço ou demonstração de receita e despesas, com indicação dos valores repassados pelo órgão concessor e a juntada da respectiva conciliação bancária, referente ao exercício que o numerário foi recebido;

**VIII -** Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC comprovando habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis;

**IX -** Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao ato concessório, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou repassados por ente público, depois de contabilizados, ficarão arquivados na entidade beneficiária.

**Art. 5º** A Entidade compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo Município, a partir da data de recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

**I -** Inexecução do objeto do projeto, de acordo com as especificações no Plano de Trabalho;

**II -** Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI**

**HOMOLOGAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL N. 028/2022**

DE PREÇOS para eventual aquisição de abrigo para ponto de ônibus, pelo prazo de 12 meses.

**DA: FRANCINE CRISTINA GUICHO**, CNPJ n. 26.800.470/0001-23, estabelecida no Município de Manduri/SP, na Rua Acácio Trindade de Melo, n. 1-22, cep: 18935-017.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
abrigo para ponto de ônibus com chapa de aço carbono, assento (interião) em chapa de aço, estruturas de fundo painel em aço com aplicação de adesivo cores para propaganda. Medindo 3,0 m de comprimento x 2,60m de altura pintado com pintura a pó na cor a definir.	06	R\$10.400,00

**2.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais)**

PREFEITURA DE MANDURI, 21 DE NOVEMBRO DE 2022.

**José Onivaldo Justi - PREFEITO MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI**

**LEI Nº 2.411/2022.**

**"DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE METAS E DIRETRIZES AO PPA 2022/2025, LDO PARA 2022, ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DE 2022 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**JOSÉ ONIVALDO JUSTI**, Prefeito Municipal de Manduri, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Manduri, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam alterados aos anexos II e III relativo as metas e programas do PPA - Plano Plurianual para os exercícios 2022/2025 Lei Municipal nº 29 de junho de 2021 e aos anexos V e VI da Lei de Diretrizes para o Exercício de 2022, Lei Municipal nº 2.580/2021 de 29 de junho seguintes programas governamentais projetos e atividades incluídas por II, III, V e VI, que fazem parte integrante desta lei.

**Art. 2º** - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir no orçamento do exercício de 2022, Lei Municipal nº 2.322/2021 de 14 de junho de 2021, nos termos do inciso I e II do art. 41 da Lei 4.320/64 Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 378.000,00 (Trezentos e setenta e oito mil reais) para a abertura de crédito suplementar ao orçamento de 2022, para a seguinte dotação orçamentária:

ESPECIAL/SUPLEMENTAR	Valor - R\$
03.00.00 - SUPRIMENTOS DE AGUA E ESGOTO DE MANDURI - SAIMAN	
03.01.00 - GABINETE E DEPENDENCIAS	
03.01.01 - GABINETE DA SI PERINTENDENCIA	
MANUTENCAO DO GABINETE E SI PERINTENDENCIA	
16 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOA CIVIL	R\$ 41.000,00
11 - OBRIGACOES PATRONAIS	R\$ 45.000,00
TOTAL	R\$ 86.000,00
03.01.07 - SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	
MATERIAL DIVERSOS MATERIAIS PERMANENTES	
16 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOA CIVIL	R\$ 60.000,00
20 - OBRIGACOES PATRONAIS	R\$ 65.000,00
26 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 32.000,00
24 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	R\$ 165.000,00
TOTAL	R\$ 322.000,00
TOTAL	R\$ 378.000,00

**Art. 3º** - Para cobertura do Crédito Especial e Crédito Suplementar abertos anteriormente, será utilizado recurso provenientes de:

Para cobertura do Crédito Especial aberto pelo artigo anterior, será utilizado recurso proveniente dos anexos II e III relativo às metas e programas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDURI**

**LEI Nº 2.413/2022**

Autoriza o Poder Executivo a firmar TERMO DE FOMENTO com o Centro de Convivência de Manduri (José Luiz Muller Godoy Pereira) - CECOMAN, visando o atendimento de crianças e adolescentes do Município de Manduri, e a inclusão e alteração de metas e diretrizes ao PPA 2022/2025, LDO para 2022, abertura de crédito suplementar ao orçamento de 2022 e das outras providências.

**JOSÉ ONIVALDO JUSTI**, Prefeito Municipal de Manduri, no uso de suas atribuições legais,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Manduri, Estado de São Paulo, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o poder executivo autorizado a firmar **TERMO DE FOMENTO** com o Centro de Convivência de Manduri "José Luiz Muller de Godoy Pereira" - **CECOMAN CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE MANDURI**, Associação Civil de Assistência Social sem fins lucrativos, com sede em Manduri/SP, na Rua Bahia nº 103 - Centro, inscrita no CNPJ sob nº 57.263.923/0001-53, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes do município com recursos do CMDCA.

**Art. 2º** O **TERMO DE FOMENTO** a que se refere o artigo 1º estabelecerá como obrigações e competência das partes: em consonância com os dispositivos da lei 13.019/14.

**I - Da Prefeitura:**

a) Repassar ao Centro de Convivência de Manduri "José Luiz Muller de Godoy Pereira" - **CECOMAN**, recursos financeiros destinados a manutenção da entidade em razão do atendimento de crianças e adolescentes do Município de Manduri, no valor de R\$28.498,08 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oito centavos), que serão pagos em parcela única com recursos financeiros provenientes de valores arrecadados por meio de DIRPF 2022, objetivando o custeio do Projeto "Prventos de despesas diversas" conforme previsão orçamentaria.

b) O repasse de recursos financeiros a Entidade será realizado durante o exercício de 2022, da data da presente lei até o dia 31/12/2022.

c) Receber e examinar as Prestações de Contas apresentadas e emitir parecer sobre análise prestação de contas;

d) Assinalar prazo para que a Entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento das obrigações sempre que se verificar alguma irregularidade, podendo a concedente suspender, por iniciativa própria, novas concessões aos inadimplentes.

**II - Da Entidade:**

a) Executar todas as ações, tarefas e atividades inerentes ao objetivo do projeto de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pela entidade;

b) Gerir os recursos financeiros repassados pelo Município através de conta bancária específica para movimentação exclusiva deste;

c) Encaminhar mensalmente à Prefeitura Municipal de Manduri a Prestação de Contas, acompanhada de documentação para comprovação das Receitas e Despesas referentes aos recursos recebidos, em conformidade com a Instrução 001/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

d) Manter a contabilidade, os procedimentos contábeis, bem como, a relação nominal dos atendidos, atualizado e em ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso as informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;

e) A Câmara Municipal e o Executivo Municipal deverão ser comunicados das reuniões ordinárias e extraordinárias da entidade, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**Art. 3º** Os recursos a serem repassados serão oriundos da seguinte dotação orçamentaria em vigor:

**02.00.00 - Poder Executivo**  
**02.08.00 - Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social**  
**02.08.02 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente**  
**08.243.0004.2.2034 - Manutenção do CMDCA**  
**3.3.50.43 - Subvenções Sociais**

**Art. 4º** A Entidade prestará contas ao Município da seguinte forma:

**I -** Prestação de Contas Mensal acompanhada de cópia dos documentos comprobatórios das Receitas e Despesas dos recursos recebidos;

**II -** Elaborar o demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fonte de recursos e por categoria ou finalidade de gastos, aplicados ao objeto do ato concessório, conforme Instrução 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

**III -** Relação dos documentos das despesas pagas, computadas na prestação de contas conforme modelo constante das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

**IV -** Indicar no corpo dos documentos originais das despesas, o número da norma autorizadora do repasse e o órgão público concessor a que se refere, extraindo-se, em segunda, as cópias autenticadas que serão juntadas na prestação de contas;

**V -** Comprovante da devolução dos recursos financeiros não aplicados;

**VI -** Comprovação e Prestação de Contas Anual da aplicação dos recursos recebidos nos moldes das Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do ano subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior;

**VII -** Cópia do balanço ou demonstração de receita e despesas, com indicação dos valores repassados pelo órgão concessor e a juntada da respectiva conciliação bancária, referente ao exercício que o numerário foi recebido;

**VIII -** Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC comprovando habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis;

**IX -** Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao ato concessório, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou repassados por ente público, depois de contabilizados, ficarão arquivados na entidade beneficiária.

**Art. 5º** A Entidade compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo Município, a partir da data de recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

**I -** Inexecução do objeto do projeto, de acordo com as especificações no Plano de Trabalho;

**II -** Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

Para cobertura dos anexos II e III relativo às metas e programas